

TERCEIRO

SIMU

LADO

01. O Humanismo renascentista que se destacou pelas suas inovações nas expressões artísticas e literárias representou:

- O movimento cultural que valorizou o homem ativo e criativo.
- O desenvolvimento técnico voltado para o mecenato na cultura renascentista.
- A defesa das virtudes do homem contra os vícios intrínsecos à mulher.
- O homem contemplativo, centro do universo, sujeito às leis divinas.
- O movimento social com vistas à conquista de direitos.

02. Nossa fé não é adquirida por nós, é um presente puro dado pela liberalidade de outrem. Não foi pelo raciocínio ou pelo entendimento que recebemos nossa religião, mas por autoridade e comando externos. A fraqueza de nosso juízo nos ajuda mais nesse sentido que sua força, e nossa cegueira mais do que a clareza de nossa visão. É pelo intermédio de nossa ignorância, mais do que de nosso conhecimento que aprendemos esta sabedoria divina.

Montaigne

O texto de Montaigne sintetiza uma das posições mais presentes nos debates acerca da religião ocorridos na Europa do XVI. Trata-se

- de uma forma de ateísmo que reúne provas da inexistência da divindade a partir da constatação das fraquezas e limitações do entendimento humano.
- do ceticismo puro e simples que parte da constatação da fraqueza de nossas faculdades para afirmar a necessidade de suspendermos o juízo acerca de todos os objetos da razão.
- do fideísmo, uma forma de validar a fé e a revelação religiosa a partir da constatação das limitações e fraquezas do entendimento humano.
- do teísmo que recolhe, na ordem da natureza e na estrutura de nossas faculdades, elementos que sirvam como prova da existência de Deus.
- de uma exposição pura e simples da ortodoxia cristã baseada unicamente na revelação e na autoridade da Igreja.

03. A ONU declarou 2009 o Ano Internacional da Astronomia pelos 400 anos do uso do telescópio nas investigações astronômicas por Galileu Galilei. Essas investigações desencadearam descobertas e, por sua vez, uma nova maneira de compreender os fenômenos naturais. Além de suas descobertas, Galileu também contribuiu para a posteridade ao desenvolver o método experimental e a concepção de uma nova ciência física.

Com base nas contribuições metodológicas de Galileu Galilei, é correto afirmar:

- A experiência espontânea e imediata da percepção dos sentidos desempenha, a partir de Galileu, um papel metodológico preponderante na nova ciência.
- A observação, a experimentação e a explicação dos fenômenos físicos da natureza desenvolvidos por Galileu aprimoram o método lógico-dedutivo da filosofia aristotélica.
- A observação controlada dos fenômenos na forma de experimentação, segundo o método galileano, consiste em interrogar metodicamente a natureza na linguagem matemática.
- A verificação metodológica da verdade das leis científicas pelos experimentos aleatórios defendida por Galileu fundamenta-se na concepção finalista do Universo.
- O método galileano reafirma o princípio de autoridade das interpretações teológico-bíblicas na definição do método para alcançar a verdade física.

04. (UEL 2004) “[...] a maneira pela qual Galileu concebe um método científico correto implica uma predominância da razão sobre a simples experiência, a substituição de uma realidade empiricamente conhecida por modelos ideais (matemáticos), a primazia da teoria sobre os fatos. Só assim é que [...] um verdadeiro método experimental pôde ser elaborado. Um método no qual a teoria matemática determina a própria estrutura da pesquisa experimental, ou, para retomar os próprios termos de Galileu, um método que utiliza a linguagem matemática (geométrica) para formular suas indagações à natureza e para interpretar as respostas que ela dá.”

(KOIRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Trad. de Márcia Ramalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1991. p. 74.)

Com base no texto, é correto afirmar que o método científico de Galileu:

- É experimental e necessita de uma instância teórica que antecede a experiência.
- É um método segundo o qual a experiência interpreta a natureza.
- É independente da experiência, pois a razão está afastada da mesma.
- É um método no qual há o predomínio da experiência sobre a razão.
- É um método segundo o qual a matemática determina a estrutura da natureza.

05. (UEL 2006) Uma das afirmações mais conhecidas e citadas de Galileu, que reflete o novo projeto da ciência da natureza, é a seguinte:

“A filosofia está escrita neste grandíssimo livro que aí está aberto continuamente diante dos olhos (digo, o universo), mas não se pode entendê-lo se primeiro não se aprende a entender a língua e conhecer os caracteres nos quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, e os caracteres são triângulos, círculos e outras figuras geométricas, meios sem os quais é humanamente impossível entender-lhe sequer uma palavra; sem estes trata-se de um inútil vaguear por obscuro labirinto.”

(NASCIMENTO, Carlos Arthur R. *De Tomás de Aquino a Galileu*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 176.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a concepção de ciência em Galileu, é correto afirmar:

- a) Ciência é o conhecimento fixo, estável e perene da essência constitutiva da realidade, alcançável por meio da abstração.
- b) A autonomia da explicação científica baseia-se em argumentos de autoridade e princípios metafísicos que justificam a verdade imutável do mundo natural.
- c) A verdade natural é conhecida independente de teorias e da realização de experiências, já que o fator primordial da ciência é o uso da matemática para decifrar a essência do mundo.
- d) A compreensão da natureza por meio de caracteres matemáticos significa decifrar a obra da criação e, conseqüentemente, ter acesso ao conhecimento do próprio criador.
- e) A ciência busca construir o conhecimento assentado na razão do sujeito e no controle experimental dos fenômenos naturais representados matematicamente.

06. (UEL 2008) A filosofia está escrita neste imenso livro que continuamente está aberto diante de nossos olhos (estou falando do universo), mas que não se pode entender se primeiro não se aprende a entender sua língua e conhecer os caracteres em que está escrito. Ele está escrito em linguagem matemática e seus caracteres são círculos, triângulos e outras figuras geométricas, meios sem os quais é impossível entender humanamente suas palavras: sem tais meios, vagamos inutilmente por um escuro labirinto.

(GALILEI, G. *Il sagggiatore*. Apud REALE, G. & ANTISERI, D. *História da filosofia*. São Paulo: Paulinas, 1990, v. 2, p. 281.)

Tendo em mente o texto acima e os conhecimentos sobre o pensamento de Galileu acerca do método científico, considere as seguintes afirmativas.

I. Galileu defende o desenvolvimento de uma ciência voltada para os aspectos objetivos e mensuráveis da natureza, em oposição à física qualitativa de Aristóteles.

II. Para Galileu, é possível obter conhecimento científico sobre objetos matemáticos, tais como círculos e triângulos, mas não sobre objetos do mundo sensível.

III. Galileu pensa que uma ciência quantitativa da natureza é possível graças ao fato de que a própria natureza está configurada de modo a exibir ordem e simetrias matemáticas.

IV. Galileu considera que a observação não faz parte do método científico proposto por ele, uma vez que todo o conhecimento científico pode ser obtido por meio de demonstrações matemáticas.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas, mencionadas anteriormente.

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

07. (UEL 2010) A obra de Galileu Galilei está indissolúvelmente ligada à revolução científica do século XVII, a qual implicou uma “mutação” intelectual radical, cujo produto e expressão mais genuína foi o desenvolvimento da ciência moderna no pensamento ocidental. Neste sentido, destacam-se dois traços entrelaçados que caracterizam esta revolução inauguradora da modernidade científica: a dissolução da idéia greco-medieval do Cosmos e a geometrização do espaço e do movimento.

(KOYRÉ, A. *Estudos Galilaicos*. Lisboa: Dom Quixote, 1986. pp. 13-20; KOYRÉ, A. *Estudos de História do Pensamento Científico*. Brasília, Editora UnB, 1982. pp. 152-154.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre as características que marcam revolução científica no pensamento de Galileu Galilei, assinale a alternativa correta.

- a) A dissolução do Cosmos representa a ruptura com a idéia do Universo como sistema imutável, heterogêneo, hierarquicamente ordenado, da física aristotélica.
- b) A crença na existência do Cosmos, na física aristotélica, se situa na concepção de um Universo aberto, indefinido e até infinito, unificado e governado pelas mesmas leis universais.
- c) Contrária à concepção tradicional de ciência de orientação aristotélica, a física galilaica distingue e opõe os dois mundos do Céu e da Terra e suas respectivas leis.
- d) A geometrização do espaço e do movimento, na física galilaica, aprimora a concepção matemática do Universo cósmico qualitativamente diferenciado e concreto da física aristotélica.
- e) A física galilaica identifica o movimento a partir da concepção de uma totalidade cósmica, em cuja ordem cada coisa possui um lugar próprio conforme sua natureza.

08. (UEL 2009) [...] como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade.

(MAQUIAVEL, N. O Príncipe. cap. XV. Coleção “Os pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 69.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Maquiavel acerca da relação entre poder e moral, é correto afirmar.

- Maquiavel se preocupa em analisar a ação política considerando tão-somente as qualidades morais do Príncipe que determinam a ordem objetiva do Estado.
- O sentido da ação política, segundo Maquiavel, tem por fundamento originário e, portanto, anterior, a ordem divina, refletida na harmonia da Cidade.
- Para Maquiavel, a busca da ordem e da harmonia, em face do desequilíbrio e do caos, só se realiza com a conquista da justiça e do bem comum.
- Na reflexão política de Maquiavel, o fim que deve orientar as ações de um Príncipe é a ordem e a manutenção do poder.
- A análise de Maquiavel, com base nos valores espirituais superiores aos políticos, repudia como ilegítimo o emprego da força coercitiva do Estado.

09. (UEL 2010) [Todo príncipe prudente deve] não só remediar o presente, mas prever os casos futuros e preveni-los com toda a perícia, de forma que se lhes possa facilmente levar corretivo, e não deixar que se aproximem os acontecimentos, pois deste modo o remédio não chega a tempo, tendo-se tornado incurável a moléstia. [...]

Assim se dá com o Estado: conhecendo-se os males com antecedência o que não é dado senão aos homens prudentes, rapidamente são curados [...]

(MAQUIAVEL, N. *O Príncipe: Escritos políticos*. São Paulo: Nova cultural, 1991, p.12.)

Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados.

(MAQUIAVEL, N. *O Príncipe: Escritos políticos*. São Paulo: Nova cultural, 1991, p.75.)

Com base nos textos e nos conhecimentos sobre o pensamento de Maquiavel acerca da polaridade entre virtú e fortuna na ação política e suas implicações na moralidade pública, considere as afirmativas a seguir:

I. A virtú refere-se à capacidade do príncipe de agir com astúcia e força em meio à fortuna, isto é, à contingência e ao acaso nas quais a política está imersa, com a finalidade de alcançar êxito em seus objetivos.

II. A fortuna manifesta o destino inexorável dos homens e o caráter imutável de todas as coisas, de modo que a virtú do príncipe consiste em agir consoante a finalidade do Estado ideal: a felicidade dos súditos.

III. A virtú implica a adesão sincera do governante a um conjunto de valores morais elevados, como a piedade cristã e a humildade, para que tenha êxito na sua ação política diante da fortuna.

IV. O exercício da virtú diante da fortuna constitui a lógica da ação política orientada para a conquista e a manutenção do poder e manifesta a autonomia dos fins políticos em relação à moral preestabelecida.

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- Somente as afirmativas II e III são corretas.
- Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

10. Segundo Francis Bacon, “são de quatro gêneros os ídolos que bloqueiam a mente humana. Para melhor apresentá-los, lhes assinamos nomes, a saber: Ídolos da Tribo; Ídolos da Caverna; Ídolos do Foro e Ídolos do Teatro”.

BACON, F. *Novum Organum*. Tradução de José Aluísio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 21.

Com base nos conhecimentos sobre Bacon, os Ídolos da Tribo são:

- Os ídolos dos homens enquanto indivíduos.
- Aqueles provenientes do intercurso e da associação recíproca dos indivíduos.
- Aqueles que imigraram para o espírito dos homens por meio das diversas doutrinas filosóficas.
- Aqueles que chegam ao espírito humano por meio de regras viciosas de demonstração.
- Aqueles fundados na própria natureza humana.

11. (UEL 2004) “Que ninguém espere um grande progresso nas ciências, especialmente no seu lado prático, até que a filosofia natural seja levada às ciências particulares e as ciências particulares sejam incorporadas à filosofia natural. [...] De fato, desde que as ciências particulares se constituíram e se dispersaram, não mais se alimentaram da filosofia natural, que lhes poderia ter transmitido as fontes e o verdadeiro conhecimento dos movimentos, dos raios, dos sons, da estrutura e do esquematismo dos corpos, das afecções e das percepções intelectuais, o que lhes teria infundido novas forças para novos progressos.”

(BACON, Francis. *Novum Organum*. Trad. de José Aluysio Reis de Andrade. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 48.)

Com base no texto, é correto afirmar que Francis Bacon:

- Afirma que a única finalidade da filosofia natural é contribuir para o desenvolvimento das ciências particulares.
- Defende que o que há de mais importante nas ciências particulares é o seu lado prático.
- Propõe que o progresso da filosofia natural depende de que ela incorpore as ciências particulares.
- Constata a impossibilidade de progresso no lado prático das ciências particulares.
- Vincula a possibilidade do progresso nas ciências particulares à dependência destas à filosofia natural.

12. (UEL 2005) “[...] Aristóteles estabelecia antes as conclusões, não consultava devidamente a experiência para estabelecimento de suas resoluções e axiomas. E tendo, ao seu arbítrio, assim decidido, submetia a experiência como a uma escrava para conformá-la às suas opiniões”.

(BACON, Francis. *Novum Organum*. Trad. de José Aluysio Reis de Andrade. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 33.)

Com base no texto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a interpretação que Bacon fazia da filosofia aristotélica.

- A filosofia aristotélica estabeleceu a experiência como o fundamento da ciência.
- Aristóteles consultava a experiência para estabelecer os resultados e axiomas da ciência.
- Aristóteles afirmava que o conhecimento teórico deveria submeter-se, como um escravo, ao conhecimento da experiência.
- Aristóteles desenvolveu uma concepção de filosofia que tem como consequência a desvalorização da experiência.
- Aristóteles valorizava a experiência, por considerá-la um caminho seguro para superar a opinião e atingir o conhecimento verdadeiro.

13. (UEL 2009) [...] é necessário, ainda, introduzir-se um método completamente novo, uma ordem diferente

e um novo processo, para continuar e promover a experiência. Pois a experiência vaga, deixada a si mesma [...] é um mero tateio, e presta-se mais a confundir os homens que a informá-los. Mas quando a experiência proceder de acordo com leis seguras e de forma gradual e constante, poder-se-á esperar algo de melhor da ciência.

[...]

A infeliz situação em que se encontra a ciência humana transparece até nas manifestações do vulgo. Afirma-se corretamente que o verdadeiro saber é o saber pelas causas. E, não indevidamente, estabelecem-se quatro coisas: a matéria, a forma, a causa eficiente, a causa final. Destas, a causa final longe está de fazer avançar as ciências, pois na verdade as corrompe; mas pode ser de interesse para as ações humanas.

(BACON, F. *Novo Organum* ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. São Paulo: Abril Cultural. 1973. p. 72; 99-100.)

Com base no texto e no pensamento de Francis Bacon acerca da verdadeira indução experimental como interpretação da natureza, é correto afirmar.

- Na busca do conhecimento, não se podem encontrar verdades indubitáveis, sem submeter as hipóteses ao crivo da experimentação e da observação.
- A formulação do novo método científico exige submeter a experiência e a razão ao princípio de autoridade para a conquista do conhecimento.
- O desacordo entre a experiência e a razão, prevalecendo esta sobre aquela, constitui o fundamento para o novo método científico.
- Bacon admite o finalismo no processo natural, por considerar necessário ao método perguntar para que as coisas são e como são.
- O estabelecimento de um método experimental, baseado na observação e na medida, aprimora o método escolástico.

14. (UEL 2008) [...] considere em geral o que é necessário a uma proposição para ser verdadeira e certa, pois, como acabara de encontrar uma proposição que eu sabia sê-lo inteiramente, pensei que devia saber igualmente em que consiste essa certeza. E, tendo percebido que nada há no “penso, logo existo” que me assegure que digo a verdade, exceto que vejo muito claramente que, para pensar, é preciso existir, pensei poder tomar por regra geral que as coisas que concebemos clara e distintamente são todas verdadeiras.

(DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução de Elza Moreira Marcelina. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1989. p. 57.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento cartesiano, é correto afirmar:

- a) Para Descartes, a proposição “penso, logo existo” não pode ser considerada como uma proposição indubitavelmente verdadeira.
- b) Embora seja verdadeira, a proposição “penso, logo existo” é uma tautologia inútil no contexto da filosofia cartesiana.
- c) Tomando como base a proposição "penso, logo existo", Descartes conclui que o que é necessário para que uma proposição qualquer seja verdadeira é que ela enuncie algo que possa ser concebido clara e distintamente.
- d) Descartes é um filósofo cético, uma vez que afirma que não é possível se ter certeza sobre a verdade de qualquer proposição.
- e) Tomando como exemplo a proposição "penso, logo existo", Descartes conclui que uma proposição qualquer só pode ser considerada como verdadeira se ela tiver sido provada com base na experiência.

15. (UEL 2008) Essas longas cadeias de razões, todas simples e fáceis, de que os geométricos costumam se utilizar para chegar às demonstrações mais difíceis, haviam-me dado oportunidade de imaginar que todas as coisas passíveis de cair sob domínio do conhecimento dos homens seguem-se umas às outras da mesma maneira e que, contanto que nos abstenhamos somente de aceitar por verdadeira alguma que não o seja, e que observemos sempre a ordem necessária para deduzi-las umas das outras, não pode haver, quaisquer que sejam, tão distantes às quais não se chegue por fim, nem tão ocultas que não se descubram.

(DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução de Elza Moreira Marcelina. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1989. p. 45.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Descartes, é correto afirmar que:

- a) Para Descartes, o conhecimento é obtido partindo-se da experiência, isto é, da observação da natureza, e depois generalizando os resultados de tais observações.
- b) Segundo Descartes, qualquer coisa que a razão humana é capaz de conhecer pode ser alcançada, partindo-se de verdades evidentes, e aplicando a dedução lógica a essas verdades.
- c) Para Descartes, é possível apenas obter um conhecimento aproximado, probabilístico, acerca de qualquer objeto, não sendo de modo algum alcançável o conhecimento da verdade, independente do assunto em questão.
- d) Descartes pensa que, independentemente das premissas das quais se parte ao se procurar obter conhecimento sobre um determinado assunto, a verdade sobre tal assunto será alcançada desde que os princípios da lógica dedutiva sejam aplicados corretamente.

- e) Para Descartes, não há verdades evidentes, de modo que para se obter conhecimento sobre qualquer assunto, é necessário realizar longas séries de demonstrações difíceis, como aquelas que são habitualmente desenvolvidas pelos geométricos.

16. (UEL 2009) De há muito observava que, quanto aos costumes, é necessário às vezes seguir opiniões, que sabemos serem muito incertas, tal como se fossem indubitáveis [...]; mas, por desejar então ocupar-me somente com a pesquisa da verdade, pensei que era necessário agir exatamente ao contrário, e rejeitar como absolutamente falso tudo aquilo em que pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se, após isso, não restaria algo em meu crédito, que fosse inteiramente indubitável [...] E, tendo notado que nada há no eu penso, logo existo, que me assegure de que digo a verdade, exceto que vejo muito claramente que, para pensar, é preciso existir, julguei poder tomar como regra geral que as coisas que concebemos muito clara e muito distintamente são todas verdadeiras [...].

(DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Quinta Parte. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 46-47.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Descartes, é correto afirmar.

- a) A dúvida metódica permitiu a Descartes compreender que todas as idéias verdadeiras procedem, mediata ou imediatamente, das impressões de nossos sentidos e pela experiência.
- b) A clareza e a distinção das idéias verdadeiras representam apenas uma certeza subjetiva, além da qual, apesar da radicalização da dúvida metódica, não se consegue fundamentar a objetividade da certeza científica.
- c) Somente com o cogito, a concepção cartesiana das idéias claras e distintas, inatas ao espírito humano, garante definitivamente que o objeto pensado pelo sujeito é determinado pela realidade fora do pensamento.
- d) Do exercício da dúvida metódica, no itinerário cartesiano, a certeza subjetiva do cogito constitui a primeira verdade inabalável e, portanto, modelo das idéias claras e distintas.
- e) A dúvida cartesiana, convertida em método, rende-se ao ceticismo e demonstra a impossibilidade de qualquer certeza consistente e definitiva quanto à capacidade do intelecto de atingir a verdade.

17. (UEL 2009) Fui nutrido nas letras desde a infância, e por me haver persuadido de que, por meio delas, se podia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil à vida, sentia extraordinário desejo de aprendê-las. Mas, logo que terminei todo esse curso de estudos, ao cabo do qual se costuma ser recebido na classe dos doutos, mudei inteiramente de opinião. Pois me achava enleado em tantas dúvidas e erros, que me

parecia não haver obtido outro proveito, procurando instruir-me, senão o de ter descoberto cada vez mais a minha ignorância. E, no entanto, estivera numa das mais célebres escolas da Europa, onde pensava que deviam existir homens sábios, se é que existiam em algum lugar da Terra.

(DESCARTES, R. Discurso do Método. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 43.)

O texto aponta a insatisfação que assola Descartes ao término dos seus estudos.

Dentre os motivos que conduziram Descartes a essa avaliação, pode-se citar:

- I. A situação da filosofia, envolta em muitas dúvidas.
- II. A ausência de um método adequado, inspirado na matemática, capaz de conduzir com segurança ao conhecimento do verdadeiro.
- III. A crítica à educação, cuja base epistemológica se mantém construída sobre pressupostos empíricos.
- IV. A separação, existente desde o século XV, entre ciências do espírito e ciências da natureza.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

18. (UEL 2010) Mas há um enganador, não sei quem, sumamente poderoso, sumamente astucioso que, por indústria, sempre me engana. Não há dúvida, portanto, de que eu, eu sou, também, se me engana: que me engane o quanto possa, nunca poderá fazer, porém, que eu nada seja, enquanto eu pensar que sou algo. De sorte que, depois de ponderar e examinar cuidadosamente todas as coisas é preciso estabelecer, finalmente, que este enunciado eu, eu sou, eu, eu existo é necessariamente verdadeiro, todas as vezes que é por mim proferido ou concebido na mente.

(DESCARTES, R. *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Tradução, nota prévia e revisão de Fausto Castilho. Campinas: Unicamp, 2008, p. 25.)

Com base na tira e no texto, sobre o cogito cartesiano, é correto afirmar:

- a) A existência decorre do ato de aparecer e se apresenta independente da essência constitutiva do ser.
- b) A existência é manifesta pelo ato de pensar que, ao trazer à mente a imagem da coisa pensada, assegura a sua realidade.
- c) A existência é concebida pelo ato originário e imaginativo do pensamento, o qual impede que a realidade seja mera ficção.
- d) a existência é a plenitude do ato de exteriorização dos objetos, cuja integridade é dada pela manifestação da sua aparência.
- e) A existência é a evidência revelada ao ser humano pelo ato próprio de pensar.

19. (UEL 2004) “Tomemos [...] este pedaço de cera que acaba de ser tirado da colméia: ele não perdeu ainda a doçura do mel que continha, retém ainda algo do odor das flores de que foi recolhido; sua cor, sua figura, sua grandeza, são patentes; é duro, é frio, tocamos-lo e, se nele batermos, produzirá algum som. Enfim, todas as coisas que podem distintamente fazer conhecer um corpo encontram-se neste. Mas eis que, enquanto falo, é aproximado do fogo: o que nele restava de sabor exala-se, o odor se esvai, sua cor se modifica, sua figura se altera, sua grandeza aumenta, ele torna-se líquido, esquenta-se, mal o podemos tocar e, embora nele batamos, nenhum som produzirá. A mesma cera permanece após essa modificação? Cumpro confessar que permanece: e ninguém o pode negar. O que é, pois, que se conhecia deste pedaço de cera com tanta distinção? Certamente não pode ser nada de tudo o que notei nela por intermédio dos sentidos, visto que todas as coisas que se apresentavam ao paladar, ao olfato, ou à visão, ou ao tato, ou à audição, encontravam-se mudadas e, no entanto, a mesma cera permanece.”

(DESCARTES, René. *Meditações*. Trad. de Jacó Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 272.)

Com base no texto, é correto afirmar que para Descartes:

- a) Os sentidos nos garantem o conhecimento dos objetos, mesmo considerando as alterações em sua aparência.
- b) A causa da alteração dos corpos se encontra nos sentidos, o que impossibilita o conhecimento dos mesmos.
- c) A variação no modo como os corpos se apresentam aos sentidos revela que o conhecimento destes excede o conhecimento sensitivo.
- d) A constante variação no modo como os corpos se apresentam aos sentidos comprova a inexistência dos mesmos.
- e) A existência e o conseqüente conhecimento dos corpos têm como causa os sentidos.

20. A Idade Média e a Idade Moderna são duas fases da história européia marcadas, em muitos aspectos, por visões distintas de mundo: a primeira, teocêntrica, procurava conciliar fé e razão; a segunda, antropocêntrica, se destaca pelo racionalismo. Em termos filosóficos, seus principais representantes foram, respectivamente:

- a) Tomás de Aquino e René Descartes
- b) Santo Agostinho e Thomas Hobbes
- c) Maquiavel e Bossuet
- d) Cícero e Copérnico

21. Na Idade Moderna, os filósofos questionaram o Direito Divino dos Reis. Como contraponto, valeram-se da teoria que postula a existência de um direito cujo

conteúdo é estabelecido pela própria realidade e, portanto, válido em qualquer lugar e tempo. Essa teoria recebeu o seguinte nome:

- a) Direito Individual
- b) Direito Humano
- c) Direito Positivo
- d) Direito Natural

22. O Estado moderno, que representou a superação de concepções políticas medievais, encontrou vários teóricos. Entre eles merecem destaque Maquiavel, Jean Bodin e Thomas Hobbes. Este último ficou conhecido por afirmar que o Estado

- a) é uma criação do homem para sua própria defesa e proteção.
- b) é uma criação divina, e o monarca, seu representante.
- c) é um instrumento de exploração das classes dominantes.
- d) é um instrumento democrático em benefício do indivíduo.

23. “O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam de *jus naturale*, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim.”

(HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 82.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o Estado de natureza em Hobbes, considere as afirmativas a seguir.

- I. Todos os homens são igualmente vulneráveis à violência diante da ausência de uma autoridade soberana que detenha o uso da força.
- II. Em cada ser humano há um egoísmo na busca de seus interesses pessoais a fim de manter a própria sobrevivência.
- III. A competição e o desejo de fama passam a existir nos homens quando abandonam o Estado de natureza e ingressam no Estado social.
- IV. O homem é naturalmente um ser social, o que lhe garante uma vida harmônica entre seus pares.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II
- b) I e IV
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

24. (UEL 2006) “O *direito de natureza*, a que os autores geralmente chamam de *jus naturale*, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim.”

(HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 82.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o *Estado de Natureza* em Hobbes, considere as afirmativas a seguir.

- I. Todos os homens são igualmente vulneráveis à violência diante da ausência de uma autoridade soberana que detenha o uso da força.
- II. Em cada ser humano há um egoísmo na busca de seus interesses pessoais a fim de manter a própria sobrevivência.
- III. A competição e o desejo de fama passam a existir nos homens quando abandonam o Estado de natureza e ingressam no Estado social.
- IV. O homem é naturalmente um ser social, o que lhe garante uma vida harmônica entre seus pares.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

25. (UEM 2012) No *Leviatã*, o filósofo Thomas Hobbes (1588-1679) afirma: “Este poder soberano pode ser adquirido de duas maneiras. Uma delas é a força natural, como quando um homem obriga os seus filhos a submeterem-se e a submeterem os seus próprios filhos à sua autoridade, na medida em que é capaz de os destruir em caso de recusa. Ou como quando um homem sujeita através da guerra os seus inimigos à sua vontade, concedendo-lhes a vida com essa condição. A outra é quando os homens concordam entre si em se submeterem a um homem, ou a uma assembleia de homens, voluntariamente, confiando que serão protegidos por ele contra os outros. Esta última pode ser chamada uma república política, ou por *instituição*. À primeira pode chamar-se uma república por *aquisição*”

(HOBBS, T. *Leviatã*, cap. XVII. In: MARÇAL, J. (org.). *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 366).

A partir do trecho citado, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

- 01) República por aquisição é o poder soberano adquirido pela força natural, como o poder de destruir em caso de desobediência.

- 02) República política é consequência dos acordos e pactos firmados entre os homens voluntariamente.
 04) Os vencedores de uma guerra criam uma república por instituição.
 08) Os homens livres, ao pactuarem em assembleia, adquirem uma república.
 16) Instituir e adquirir são formas dos processos políticos originários das repúblicas.

26. “A liberdade natural do homem deve estar livre de qualquer poder superior na terra e não depender da vontade ou da autoridade legislativa do homem, desconhecendo outra regra além da lei da natureza. A liberdade do homem na sociedade não deve estar edificada sob qualquer poder legislativo exceto aquele estabelecido por consentimento na comunidade civil...”
 (LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o governo civil. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 95.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema da liberdade em Locke, considere as seguintes afirmativas:

- I. No estado civil as pessoas são livres porque inexistem qualquer regra que limite sua ação.
 II. No estado pré-civil a liberdade das pessoas está limitada pela lei da natureza.
 III. No estado civil a liberdade das pessoas edifica-se nas leis estabelecidas pelo conjunto dos membros dessa sociedade.
 IV. No estado pré-civil a liberdade das pessoas submete-se às leis estabelecidas pelos cidadãos.

Quais das afirmativas representam o pensamento de Locke sobre liberdade?

- a) Apenas as afirmativas I e II.
 b) Apenas as afirmativas I e IV.
 c) Apenas as afirmativas II e III.
 d) Apenas as afirmativas II e IV.
 e) Apenas as afirmativas III e IV.

27. “Todos os raciocínios referentes a questões de fato parecem fundar-se na relação de causa e efeito. É somente por meio dessa relação que podemos ir além da evidência de nossa memória e nossos sentidos. [...] Arrisco-me a afirmar, a título de uma proposta geral que não admite exceções, que o conhecimento dessa relação não é, em nenhum caso, alcançado por meio de raciocínios a priori, mas provém inteiramente da experiência, ao descobrirmos que certos objetos particulares acham-se constantemente conjugados uns aos outros.”

HUME, D. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 44-45.

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre Hume, é correto afirmar que:

- a) Ao observarmos dois objetos conjugados entre si, podemos observar também a relação de causa e efeito que os une.
 b) É a razão que nos faz descobrir as causas e efeitos dos acontecimentos.
 c) Quando raciocinamos a priori e consideramos um objeto ou causa apenas, tal como aparece à mente, independente de toda observação, ele facilmente poderá sugerir-nos a idéia de algum objeto distinto, como seu efeito, e também exibir-nos a conexão inseparável e inviolável entre eles.
 d) Nenhum objeto jamais revela, pelas qualidades que aparecem aos sentidos, nem as causas que o produziram, nem os efeitos que dele provirão; tampouco nossa razão é capaz de extrair, sem o auxílio da experiência, qualquer conclusão referente à existência efetiva de coisas ou questões de fato.
 e) Todas as leis da natureza e todas as operações dos corpos são conhecidas pela razão, com o auxílio da experiência.

28. (UFU) Ao empreender a análise da estrutura e dos limites do conhecimento, Kant tomou a física e a mecânica celeste elaboradas por Newton como sendo a própria ciência. Entretanto, era preciso salvá-la do ceticismo de Hume quanto à impossibilidade de fundamentar as inferências indutivas e de alcançar um conhecimento necessário da natureza.

Com base no pensamento de David Hume acerca do entendimento humano, é correto afirmar:

- a) Dentre os objetos da razão humana, as relações de ideias se originam das impressões associadas aos conceitos inatos dos quais obtém-se dedutivamente o entendimento dos fatos.
 b) As conclusões acerca dos fatos obtidas pelo sujeito do conhecimento realizam-se sem auxílio da experiência, recorrendo apenas aos raciocínios abstratos *a priori*.
 c) O postulado que afirma a inexistência de conhecimento para além daquele que possa vir a resultar do hábito funda-se na ideia metafísica de relação causal como conexão necessária entre os fatos.
 d) O sujeito do conhecimento opera associações de suas percepções, sensações e impressões semelhantes ou sucessivas recebidas pelos órgãos dos sentidos e retidas na memória.

29. (UFU) O principal argumento humeano contra a explicação da inferência causal pela razão era que este tipo de inferência dependia da repetição, e que a faculdade chamada “razão” padecia daquilo que se pode chamar uma certa “insensibilidade à repetição”, ou seja, uma certa indiferença perante a experiência repetida. Em completo contraste com isso, o princípio defendido por nosso filósofo, um princípio para designar o qual

propôs os nomes de “costume ou hábito”, foi concebido como uma disposição humana caracterizada pela sensibilidade à repetição, podendo assim ser considerado um princípio adequado à explicação dos raciocínios derivados de experiências repetidas.

(MONTEIRO, J. P. *Novos Estudos Humeanos*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003, p. 41)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o empirismo, é correto afirmar que Hume

a) atribui importância à experiência como fundamento do conhecimento dedutivo obtido a partir da inferência das relações causais na natureza.

b) corrobora a afirmação de que a experiência é insuficiente sem o uso e a intervenção da razão na demonstração do nexos causal existente entre os fenômenos naturais.

c) confere exclusividade à matemática como condição de fundamentação do conhecimento acerca dos fenômenos naturais, pois, empiricamente, constata que a natureza está escrita em caracteres matemáticos.

d) demonstra que as relações causais obtidas pela experiência representam um conhecimento guiado por hábitos e costumes e, sobretudo, pela crença de que tais relações serão igualmente mantidas no futuro.

e) evidencia a importância do racionalismo, sobretudo as ideias inatas que atestam o nexos causal dos fenômenos naturais descobertos pela experiência.

30. “Assim como a natureza ensinou-nos o uso de nossos membros sem nos dar o conhecimento dos músculos e nervos que os comandam, do mesmo modo ela implantou em nós um instinto que leva adiante o pensamento em um curso correspondente ao que ela estabeleceu para os objetos externos, embora ignoremos os poderes e as forças dos quais esse curso e sucessão regulares de objetos totalmente dependem”.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*.

Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.79-80.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria do conhecimento de Hume, assinale a alternativa correta:

a) Para Hume, o princípio responsável por nossas inferências causais chama-se instinto de autoconservação.

b) Entre o curso da natureza e o nosso pensamento não há qualquer correspondência.

c) Na teoria de Hume, a atividade mental necessária à nossa sobrevivência é garantida pelo conhecimento racional das operações da natureza.

d) O instinto ao qual Hume se refere chama-se hábito ou costume.

e) Segundo Hume, são os raciocínios a priori que garantem o conhecimento das questões de fato.

31. “Poder-se-ia [...] acrescentar à aquisição do estado civil a liberdade moral, única a tornar o homem verdadeiramente senhor de si mesmo, porque o impulso do puro apetite é escravidão, e a obediência à lei que se estatui a si mesma é liberdade”.

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 37.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a liberdade em Rousseau, é correto afirmar:

a) As leis condizentes com a liberdade moral dos homens devem atender aos seus apetites.

b) A liberdade adquire sentido para os homens na medida em que eles podem desobedecer às leis.

c) O homem livre obedece a princípios, independentemente de eles também valerem para a sociedade.

d) O homem afirma sua liberdade quando obedece a uma lei que prescreve para si mesmo.

e) É no estado de natureza que o homem pode atingir sua verdadeira liberdade.

32. (UEL 2004) “Não sendo o Estado ou a Cidade mais que uma pessoa moral, cuja vida consiste na união de seus membros, e se o mais importante de seus cuidados é o de sua própria conservação, torna-se-lhe necessária uma força universal e compulsiva para mover e dispor cada parte da maneira mais conveniente a todos. Assim como a natureza dá a cada homem poder absoluto sobre todos os seus membros, o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, ganha, como já disse, o nome de soberania.”

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Trad. de Lourdes Santos Machado. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1994. p. 48.)

De acordo com o texto e os conhecimentos sobre os conceitos de Estado e Soberania em Rousseau, é correto afirmar:

a) A soberania surge como resultado da imposição da vontade de alguns grupos sobre outros, visando a conservar o poder do Estado.

b) O estabelecimento da soberania está desvinculado do pacto social que funda o Estado.

c) O Estado é uma instituição social dependente da vontade impositiva da maioria, o que configura a democracia.

d) A conservação do Estado independe de uma força política coletiva que seja capaz de garanti-lo.

e) A soberania é estabelecida como poder absoluto orientado pela vontade geral e legitimado pelo pacto social para garantir a conservação do Estado.

33. “Se todos os homens são, como se tem dito, livres, iguais e independentes por natureza, ninguém pode ser retirado deste estado e se sujeitar ao poder político de outro sem o seu próprio consentimento. A única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através do acordo com outros homens para se associarem e se unirem em uma comunidade para uma vida confortável, segura e pacífica uns com os outros, desfrutando com segurança de suas propriedades e melhor protegidos contra aqueles que não são daquela comunidade”.

(LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo civil. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p.139.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o contrato social em Locke, considere as afirmativas a seguir.

I. O direito à liberdade e à propriedade são dependentes da instituição do poder político.

II. O poder político tem limites, sendo legítima a resistência aos atos do governo se estes violarem as condições do pacto político.

III. Todos os homens nascem sob um governo e, por isso, devem a ele submeter-se ilimitadamente.

IV. Se o homem é naturalmente livre, a sua subordinação a qualquer poder dependerá sempre de seu consentimento.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III
- c) II e IV
- d) I, III e IV
- e) II, III e IV.

34. (UEL 2010) Aquele que se alimentou com bolotas que colheu sob um carvalho, ou das maçãs que retirou das árvores na floresta, certamente se apropriou deles para si. Ninguém pode negar que a alimentação é sua. Pergunto então: Quando começaram a lhe pertencer? Quando os digeriu? Quando os comeu? Quando os cozinhou? Quando os levou para casa? Ou quando os apanhou?

(LOCKE, J. *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 98)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de John Locke, é correto afirmar que a propriedade:

I. Tem no trabalho a sua origem e fundamento, uma vez que ao acrescentar algo que é seu aos objetos da natureza o homem os transforma em sua propriedade.

II. A possibilidade que o homem tem de colher os frutos da terra, a exemplo das maçãs, confere a ele um

direito sobre eles que gera a possibilidade de acúmulo ilimitado.

III. Animais e frutos, quando disponíveis na natureza e sem a intervenção humana, pertencem a um direito comum de todos.

IV. Nasce da sociedade como consequência da ação coletiva e solidária das comunidades organizadas com o propósito de formar e dar sustentação ao Estado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

35. “[...] é preciso que examinemos a condição natural dos homens, ou seja, um estado em que eles sejam absolutamente livres para decidir suas ações, dispor de seus bens e de suas pessoas como bem entenderem, dentro dos limites do direito natural, sem pedir autorização de nenhum outro homem nem depender de sua vontade.”

(LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o governo civil. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 83.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o estado de natureza em Locke, é correto afirmar:

- a) Os homens desconhecem a noção de justiça, pelo fato de inexistir um direito natural que assegure a idéia do “meu” e do “teu”.
- b) É constituído pela inimizade, maldade, violência e destruição mútua, características inerentes ao ser humano.
- c) Baseia-se em atos de agressão física, o que gera insegurança coletiva na manutenção dos direitos privados.
- d) Pauta-se pela tripartição dos poderes como forma de manter a coesão natural e respeitosa entre as pessoas.
- e) Constitui-se de uma relativa paz, que inclui a boa vontade, a preservação e a assistência mútua.

36. Quando o rei deposto Luís XVI, estava na prisão e se deparou com a obra de dois filósofos iluministas, exclamou: “Esses dois destruíram a França!”. Considerando a influência das ideias filosóficas iluministas na eclosão da Revolução Francesa, o Rei Luís XVI estaria referindo-se a:

- a) Montesquieu e Hobbes
- b) Voltaire e Rousseau
- c) Maquiavel e Locke
- d) Bossuet e Diderot

37. (UEL 2005) “Poder-se-ia [...] acrescentar à aquisição do estado civil a liberdade moral, única a

tornar o homem verdadeiramente senhor de si mesmo, porque o impulso do puro apetite é escravidão, e a obediência à lei que se estatui a si mesma é liberdade”.

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 37.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a liberdade em Rousseau, é correto afirmar:

- As leis condizentes com a liberdade moral dos homens devem atender aos seus apetites.
- A liberdade adquire sentido para os homens na medida em que eles podem desobedecer às leis.
- O homem livre obedece a princípios, independentemente de eles também valerem para a sociedade.
- O homem afirma sua liberdade quando obedece a uma lei que prescreve para si mesmo.
- É no estado de natureza que o homem pode atingir sua verdadeira liberdade.

38. (UEL 2008) Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes.

(ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 32. Os Pensadores.)

Com base na citação acima e nos conhecimentos sobre o pensamento político de Rousseau, considere as seguintes afirmativas.

- O contrato social só se torna possível havendo concordância entre obediência e liberdade.
- A liberdade conquistada através do contrato social é uma liberdade convencional.
- Por meio do contrato social, os indivíduos perdem mais do que ganham.
- A liberdade conquistada através do contrato social é a liberdade natural.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas, mencionadas anteriormente.

- I e II.
- I e III.
- II e IV.
- I, III e IV.
- II, III e IV.

39. (UEL 2009) O princípio de toda ação está na vontade de um ser livre, não poderíamos remontar além disso. [...] não há verdadeira vontade sem liberdade. O homem, portanto, é livre em suas ações [...]. Se o homem é ativo e livre, ele age por si mesmo. Tudo o que faz livremente não entra no sistema ordenado da Providência e não lhe pode ser imputado. [...]

A consciência é a voz da alma, as paixões são a voz do corpo. [...] [A consciência] é o verdadeiro guia do homem; ela está para a alma assim como o instinto está para o corpo: quem a segue obedece à natureza e não tem medo de se perder. [...] Existe, pois, no fundo das almas um princípio inato de justiça e de virtude a partir do qual, apesar de nossas próprias máximas, julgamos nossas ações e as de outrem como boas ou más, e é a esse princípio que dou o nome de consciência.

(ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 396; 405; 409.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento moral de Jean-Jacques Rousseau, é correto afirmar.

- Rousseau reafirma que o fundamento objetivo dos juízos morais está em Deus, que ilumina a consciência humana e nela inspira o “princípio inato de justiça e de virtude”.
- Herdeiro do pensamento de Platão, Rousseau defende que a prática do bem coincide com a busca interminável do conhecimento da verdade e da justiça.
- Rousseau reafirma que, por meio da consciência, o ser humano é movido pela busca da felicidade, alcançada pela reflexão e pelo desprezo dos desejos e das paixões.
- Rousseau rejeita que o fundamento da moral seja a conformidade com a lei divina, afirmando a crença na objetividade de uma lei natural, anterior a qualquer lei positiva.
- Rousseau recusa aceitar a existência de noções morais anteriores à experiência humana e defende que o ser humano é naturalmente movido pela busca do prazer.

40. (UEM 2008) “Hobbes não viu que a mesma causa que impede os selvagens de usarem sua razão, como o pretendem os nossos juriconsultos, impede-os também de abusar das suas faculdades, como ele próprio o pretende; de sorte que se poderia dizer que os selvagens não são maus precisamente porque não sabem o que é ser bom”

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. In: Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED-PR, 2009, p.590).

A partir disso, assinale o que for **correto**.

- Jean-Jacques Rousseau aplica à política o princípio ontológico aristotélico, segundo o qual o homem é uma criatura criada por Deus.
- As concepções diferentes que Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau têm sobre a natureza humana os levam a divergir sobre a forma de organização que deve fundamentar a sociedade civil.
- De acordo com Rousseau, são dois os motivos de o homem não ser mau no estado de natureza: em primeiro lugar, sendo isolado e não tendo as paixões do homem civil, o homem natural não ataca, não se vinga,

não mata. Além disso, há no homem natural, o sentimento de piedade.

08) Para Rousseau, o homem torna-se o lobo do homem, quando, ao afastar-se do estado de natureza, ele se perverte.

16) Segundo Hobbes, os homens tendem sempre para a guerra, pois, se dois homens desejam a mesma coisa ao mesmo tempo, e esta é impossível de ser obtida por ambos, eles se tornam inimigos.

41. (UEM 2012) O filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) diz no *Contrato Social*: “A passagem do estado natural ao estado civil produz no homem uma mudança notável, substituindo em sua conduta o instinto pela justiça, e conferindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhes faltava. [...] O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui.”

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato Social*. In: *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 606-607.)

A partir desse trecho, que reproduz uma concepção clássica da filosofia política contratualista, é **correto** afirmar que:

01) A opção pelo contrato social ocorre porque não há garantias jurídicas no estado natural.

02) O estado natural é pautado por condutas instintivas porque não há limitações cívicas ou legais.

04) O contrato social garante mais liberdade civil porque os homens agem moralmente.

08) A liberdade civil não é uma conquista para os homens porque eles perdem seu maior bem, a liberdade instintiva.

16) O estado natural é inseguro e injusto porque não há homens moralmente corretos.

42. Unamo-nos para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence, instituímos regulamentos de justiça e de paz, aos quais todos sejam obrigados a conformar-se, que não abram exceção para ninguém e que, submetendo igualmente a deveres mútuos o poderoso e o fraco, reparem de certo modo os caprichos da fortuna.

(ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine de l'inégalité*. apud NASCIMENTO, M. M. Rousseau: da servidão à liberdade. In WEFORT, F. (Org). *Os clássicos da política*, v. 1. São Paulo: Ática, 1989. p. 195.)

De acordo com o texto e com os conhecimentos sobre o tema, assinale a alternativa que reproduz a relação que Rousseau estabelece entre as idéias de Contrato Social e Desigualdade.

a) O Contrato Social, uma imposição do soberano sobre seus súditos, elimina a liberdade natural e faz aumentar a fortuna dos fortes e opressão sobre os fracos.

b) O Contrato Social, obrigações impostas pelos fortes para serem cumpridas pelos mais fracos, amplia a desigualdade e a discórdia social.

c) O Contrato Social, regulamento aplicado a todos, divide igualmente a riqueza e as posses dos fortes entre os mais fracos para poder promover a igualdade social.

d) O Contrato Social, um pacto legítimo, permite aos homens, em troca de sua liberdade natural, a vida em concórdia, ao estabelecer obrigações comuns a todos e equiparar as diferenças que a sorte fez favorecer a uns e não a outros.

e) O Contrato social, um pacto de defesa dos mais fracos, elimina a desigualdade, ao submeter os ricos ao poder dos fracos e assim permite que as posses sejam igualmente distribuídas.

43. A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar respostas por ultrapassarem completamente as suas possibilidades.

(KANT, I. *Crítica da Razão Pura* (Prefácio da primeira edição, 1781). Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 03.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre Kant, o domínio destas intermináveis disputas chama-se

a) experiência.

b) natureza.

c) entendimento.

d) metafísica.

e) sensibilidade.

44. “Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência; [...] Mas embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente da experiência”.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Balduur Moosburger. São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 22.

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre Kant, é correto afirmar:

a) Para Kant, só há conhecimento empírico.

b) A sensibilidade tem também uma função ativa na produção de conceitos.

c) O conhecimento de Deus é possível.

d) Conhecimento depende também de princípios a priori.

e) A razão pura é a fonte de nossos conhecimentos empíricos.

45. (UEL 2010) Nos Princípios Matemáticos de Filosofia Natural, Newton afirmara que as leis do movimento, assim como a própria lei da gravitação universal, tomadas por ele como proposições particulares, haviam sido “inferidas dos fenômenos, e depois tornadas gerais pela indução”. Kant atribui a

estas proposições particulares, enquanto juízos sintéticos, o caráter de leis a priori da natureza. Entretanto, ele recusa esta dedução exclusiva das leis da natureza e conseqüente generalização a partir dos fenômenos. Destarte, para enfrentar o problema sobre a impossibilidade de derivar da experiência juízos necessários e universais, um dos esforços mais significativos de Kant dirige-se ao esclarecimento das condições de possibilidade dos juízos sintéticos a priori.

Com base no enunciado e nos conhecimentos acerca da teoria do conhecimento de Kant, é correto afirmar:

- A validade objetiva dos juízos sintéticos a priori depende da estrutura universal e necessária da razão e não da variabilidade individual das experiências.
- Os juízos sintéticos a priori enunciam as conexões universais e necessárias entre causas e efeitos dos fenômenos por meio de hábitos psíquicos associativos.
- O sujeito do conhecimento é capaz de enunciar objetivamente a realidade em si das coisas por meio dos juízos sintéticos *a priori*.
- Nos juízos sintéticos *a priori*, de natureza empírica, o predicado nada mais é do que a explicitação do que já esteja pensado realmente no conceito do sujeito.
- A possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* nas proposições empíricas fundamenta-se na determinação da percepção imediata e espontânea do objeto sobre a razão.

46. [...] deve-se destacar que todo tipo de ética que se baseie na busca da felicidade é heterônoma, porque introduz fins materiais, com toda uma série de conseqüências negativas. A busca da felicidade polui a pureza da intenção e da vontade, posto que aponta para determinados fins (para aquilo que se deve fazer e não para o como se deve fazê-lo) e assim a condiciona.

(REALE, G.; ANTISERI, D. História da filosofia II. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 917.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, indique a ética que fundamenta esta crítica.

- A ética aristotélica, por ser teleológica.
- A ética kantiana, desenvolvida no século XVIII.
- A ética de Mill, autor classificado como utilitarista.
- A ética de Demócrito, discípulo de Leucipo.
- A ética de Spencer, modelo de ética evolucionista.

47. (UEL 2010) Como determinamos as regras do que é certo ou errado? Immanuel Kant (1724-1804) responde a essa pergunta da seguinte forma: é moralmente correta a ação que está de acordo com determinadas regras do que é certo, independente da felicidade resultante a um ou a todos. Kant não propõe uma lista de regras com conteúdo previamente determinado - como é o caso dos mandamentos religiosos, por exemplo -, mas formula uma regra para averiguar a correção da máxima que orienta nossa ação.

Essa regra de averiguação é chamada imperativo categórico [...]

(BORGES, M. de L.; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. V. *O que você precisa saber sobre... Ética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.15.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o Imperativo Categórico kantiano, é correto afirmar:

- Constitui um princípio formal dado pela razão que visa à discriminação das máximas de ação, com a pretensão de verificar quais podem, efetivamente, enquadrar-se numa legislação universal.
- Representa a capacidade de a razão prática, do ponto de vista a priori, fornecer à vontade humana um dever incondicional com pretensão de universalidade e de necessidade.
- Compreende um princípio teleológico construído a partir da concepção valorativa do “bem viver” e que se impõe, como condição absoluta, na realização de ações e comportamentos das pessoas em geral.
- Abrange a sabedoria prática, como condição inata de o ser humano deliberar e proceder, sempre de forma semelhante em relação às demais pessoas, no quesito das ações que envolvem virtude e prudência.

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I e II são corretas.
- Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

48. (UEM 2014) “Contudo, não posso negar todo respeito sequer a um homem corrupto como um ser humano; não posso suprimir ao menos o respeito que lhe cabe em sua qualidade como ser humano, ainda que através de seus atos ele se torne indigno desse respeito. Assim, pode haver punições infamantes que desonram a própria humanidade (tais como o esquartejamento de um homem, seu despedaçamento produzido por cães, o cortar fora seu nariz e orelhas). Não só são estas punições mais dolorosas do que a perda de posses e da vida àquele que ama a honra (que reivindica o respeito alheio, como devem todos fazê-lo).”

(KANT, I. A metafísica dos costumes, in ARANHA, M. L. & MARTINS, M. H. Temas de Filosofia. São Paulo: Moderna, 2005, p. 234.)

A partir do texto citado é correto afirmar que:

- O respeito à humanidade deve se manifestar para com todos os seres humanos, independentemente dos crimes que tenham cometido.
- As punições dos crimes não podem desconsiderar a condição de ser humano do criminoso.
- Há punições que extrapolam a dignidade humana, como o esquartejamento.
- O filósofo defende que não haja equiparação entre a pena e a infâmia cometida, ou seja, a pena não pode ser desonrosa.

16) O filósofo entende que certos atos criminosos tornam o criminoso indigno do respeito humano.

49. (UEM 2013) “Todo imperativo [moral] impõe-se como dever, mas essa exigência não é heterônoma (exterior e cega), e sim livremente assumida pelo sujeito que se autodetermina. A ideia de autonomia e de universalidade da lei moral leva a outro conceito: o da dignidade humana, e, portanto, do ser humano como fim, e não como meio para o que quer que seja. Assim diz Kant: ‘Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio’ ”

(ARANHA, M. L. de A. *Filosofar com textos: temas e história da filosofia*. São Paulo: Moderna, 2012, p. 417).

Segundo essa descrição da ética de Immanuel Kant, assinale o que for **correto**.

01) A dignidade humana é incondicionada e absoluta, isto é, nenhum imperativo moral é válido se utilizar o homem como meio.

02) O imperativo moral depende da análise e da aceitação da moral cristã.

04) Toda pessoa que descobre autonomamente o imperativo moral deve submeter-se a esse imperativo.

08) O imperativo moral é anarquista, pois o que é fim para uma pessoa é meio para outra.

16) O imperativo moral está fundado no sujeito racional que determina a si mesmo.

50. (UEM 2015) “Todo ser humano tem um direito legítimo ao respeito de seus semelhantes e está, por sua vez, obrigado a respeitar todos os demais. A humanidade ela mesma é uma dignidade, pois o ser humano não pode ser usado meramente como um meio por qualquer outro ser humano (quer por outros, quer, inclusive, por si mesmo), mas deve sempre ser usado ao mesmo tempo como um fim. [...] não posso negar todo respeito sequer a um homem corrupto como um ser humano, não posso suprimir ao menos o respeito que lhe cabe em sua qualidade como ser humano, ainda que através de seus atos ele se torne indigno desse respeito.”

(KANT, I. *A metafísica dos costumes*. In ARANHA, M. *Filosofar com textos: temas e história da filosofia*, São Paulo: Moderna, 2012, p. 261).

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

01) Humilhar, agredir ou não tratar bem um criminoso não fere sua humanidade e nem é uma usurpação dos direitos humanos.

02) Ao afirmar que o ser humano deve ser usado com um fim, o filósofo destaca o utilitarismo inerente à doutrina dos direitos humanos.

04) Respeitar a dignidade de todo ser humano é algo que não precisa, necessariamente, estar escrito em lei, pois é princípio inerente à convivência humana.

08) Os diversos tipos de criminosos, particularmente os corruptos, não merecem o respeito humano em função das consequências de seus atos para a sociedade.

16) A dignidade própria da condição humana não se anula com um crime, donde o respeito a essa condição mínima para todos os seres humanos.

51. (UNICENTRO 2013) Para o filósofo Immanuel Kant (1724-1804), maior expoente do Iluminismo, a ação moral é

a) hedonista, pois considera que a felicidade consiste no aperfeiçoamento da crítica à razão estabelecida.

b) autônoma, pois o homem é o único ser capaz de se determinar segundo leis que a própria razão estabelece.

c) categórica e crítica, acentua o caráter racional do indivíduo e seu poder de contestação.

d) ascética, mas laica (não-religiosa), porque, embora admita que os valores morais não se encontram em Deus, nega ao homem o direito de escolha (livre-arbítrio), o qual está nas mãos do Estado.

e) inata, assim como o sentimento do dever, ambos são a “voz da natureza” em nosso coração; o dever racional simplesmente nos força a recordar nossa natureza originária.

52. (UNICENTRO 2013) Assinale a alternativa correta.

a) Para Kant, tudo o que conhecemos vem dos sentidos, pois o conhecimento depende das noções de tempo e espaço, que são consideradas por ele realidades externas.

b) Kant não está interessado em superar a dicotomia racionalismo-empirismo, sua inovação consiste em afirmar que a realidade é um dado exterior, ao qual o intelecto deve se conformar.

c) Tal como Copérnico dissera que não é o Sol que gira em torno da Terra, mas sim o contrário, também Kant afirma que o conhecimento não é o reflexo do objeto exterior: é o próprio espírito que constrói o objeto do seu saber. Nesse sentido, dizemos que Kant realizou uma revolução copernicana.

d) O criticismo de Kant resolve o problema da metafísica ao abrir caminho para que Auguste Comte, no século XIX, funde o positivismo, levando às últimas consequências a capacidade que Kant atribuiu à razão de se conformar à realidade exterior.

e) Kant declara que, graças ao filósofo inglês Hume, pôde despertar do sono dogmático e tomar como ponto de partida de suas reflexões metafísicas a ideia de que existe uma realidade em si que pode ser conhecida por nossa razão, por intermédio de nossos sentidos.

53. (UNICENTRO 2014) A filosofia, como é estudada atualmente, encontra-se submetida a uma grande especificação quanto ao universo dos seus conhecimentos. Isso se deve, em grande medida, a um

motivo principal vinculado à perspectiva de Kant, filósofo alemão do século XVIII.

Quanto à perspectiva do conhecimento presente nesse pensador, assinale a alternativa correta.

- A filosofia, ao aceitar a metafísica, coaduna com a ideia de que seria exequível o conhecimento da realidade em si.
- A filosofia passa a afirmar que a razão humana possui o poder de conhecer a organização da verdade em si mesma.
- O conhecimento diz respeito à forma como as coisas são organizadas pela estrutura interna e universal da própria razão.
- O descobrimento das causas, ou dos princípios primeiros das coisas, oferece à verdade a essência do conhecimento.
- Sua abordagem filosófica consiste na ideia de que seria possível apreender as coisas, tais como são em si mesmas.

54. (UNICENTRO 2011) Analisando-se os princípios da consciência moral, sob influência do pensamento de Immanuel Kant, conclui-se que a vontade humana é verdadeiramente moral quando a autonomia da razão para legislar supõe a liberdade e o dever.

Com base na análise da tira e nas informações, é correto afirmar que ela se refere ao ato moral kantiano, segundo o qual o

- homem deve realizar o seu dever moral acima de tudo.
- homem deve utilizar a violência, se necessário, para alcançar os seus objetivos.
- homem que cumpre o seu dever moral é dócil, cordato, capaz da renúncia e pronto para servir aos outros.
- dever moral deve ser entendido como satisfação dos seus desejos e que devemos fazer de tudo pelos nossos desejos.
- dever moral não deve ser entendido como constrangimento externo e precisa ser livremente assumido, só havendo uma moral autêntica quando o indivíduo age por sua própria iniciativa, enquanto ser de liberdade.

55. (UNICENTRO 2012) São considerados filósofos contratualistas

- Husserl, Bachelard e Deleuze.
- Thomas Hobbes, Husserl e Baktin.
- John Locke, Karl Marx e Max Weber.
- Jean-Jacques Rousseau, John Locke e Sócrates.
- Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

56. (UNICENTRO 2013) Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() O estado de Natureza de Hobbes e o Estado de Sociedade de Rousseau evidenciam uma percepção do social como luta entre fracos e fortes, vigorando a lei da selva ou o poder da força. Para fazer cessar esse estado de vida ameaçador e ameaçado, os humanos decidem passar à sociedade civil, isto é, ao Estado Civil.

() Para Hobbes e para Rousseau, o soberano pode ser um rei, um grupo de aristocratas ou uma assembleia democrática. O fundamental não é o número de governantes, mas a determinação de quem possui o poder ou a soberania. Esta pertence de modo absoluto ao Estado, que, por meio das instituições públicas, tem o poder para exigir obediência incondicional dos governados, desde que respeite dois direitos naturais intransferíveis: o direito à vida e à paz.

() Para Hobbes e para Rousseau, o soberano é o povo, entendido como vontade geral, pessoa moral coletiva livre e corpo político de cidadãos. Os indivíduos, pelo contrato, criaram-se a si mesmo como povo e é a este que transferem os direitos naturais para que sejam transformados em direitos civis. Assim sendo, o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular. Os indivíduos aceitam perder a liberdade civil; aceitam perder a posse natural para ganhar a individualidade civil, isto é, a cidadania.

() No pensamento político de Hobbes e de Rousseau, a propriedade privada não é um direito natural, mas civil. Em outras palavras, mesmo que no Estado de Natureza (em Hobbes) e no Estado de Sociedade (em Rousseau) os indivíduos se apossam de terras e bens, essa posse é o mesmo que nada, pois não existem leis para garanti-las. A propriedade privada é, portanto, um efeito do contrato social e um decreto do soberano.

- V – F – F – F.
- F – F – F – V.
- V – F – V – F.
- V – V – F – F.
- V – F – F – V.

57. (UNICENTRO 2015) Sobre as concepções de Estado em T. Hobbes e J. Locke e suas relações com o direito, o indivíduo e a sociedade, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

() Para Hobbes, a propriedade das coisas começou apenas quando as sociedades civis foram estabelecidas: no estado de natureza, o direito a tudo é equivalente ao direito a nada.

() Para Locke, há um direito anterior à constituição dos estados: o direito individual à propriedade resultante do trabalho.

() Para Locke, o estado e o direito estão totalmente fundados em uma convenção.

() A ideia do estado social moderno é indissociável da apreensão da sociedade como não tendo mais um exterior a si. A sociedade deve dar-se sua própria legislação.

() No modelo de estado liberal, a soberania deste permite uma intervenção contínua na esfera privada.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, V, F.
- b) V, F, V, F, V.
- c) F, V, V, V, F.
- d) F, V, F, F, V.
- e) F, F, V, V, F.

58. (UNICENTRO 2010) “[...] Todos correram ao encontro de seus grilhões, crendo assegurar sua liberdade [...] Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a vontade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz, um direito irrevogável e, para proveito de alguns ambiciosos, sujeitaram doravante todo o gênero humano, à servidão e à miséria”.

(ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem da desigualdade*. In: WEFFORT, F. C. *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Editora Ática: 1989-pg. 195).

Todas as alternativas abaixo caracterizam o pensamento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), EXCETO uma. Assinale-a.

- a) Rousseau parece demonstrar extrema nostalgia do estado feliz em que vive o bom selvagem, quando é introduzida a desigualdade entre os homens, a diferenciação entre rico e pobre, o poderoso e o fraco e a predominância da lei do mais forte.
- b) O soberano é, para Rousseau, um representante eleito pelo povo que expressa a vontade geral. A democracia rousseauísta considera que é esse representante do povo que ratifica as leis, sendo a obediência às leis que caracteriza a liberdade.
- c) Para Rousseau, o contrato social, para ser legítimo, deve se originar do consentimento necessariamente unânime. Pelo pacto, o homem abdica de sua liberdade, mas sendo ele próprio parte integrante e ativa do todo social, ao obedecer à lei obedece a si mesmo e, portanto, é livre.
- d) Para Rousseau, a soberania do povo, manifesta pelo legislativo é inalienável, ou seja, não pode ser representada. A democracia rousseauísta considera que toda lei não ratificada pelo povo em pessoa é nula.
- e) Rousseau preconiza a democracia direta e participativa, mantida por meio de assembleias frequentes de todos os cidadãos. O mesmo homem enquanto faz a lei é um cidadão e, enquanto a obedece e se submete, é um súdito.

59. (UNICENTRO 2010) Assinale a alternativa correta. Para David Hume (1711-1776),

- a) a alma é como uma *tábulas rasa* (uma tábua onde não há inscrições), ou seja, o conhecimento só começa depois da experiência sensível.
- b) o que nos faz ultrapassar o dado e afirmar mais do que pode ser alcançado pela experiência é o hábito criado através da observação de casos semelhantes.
- c) “saber é poder”, ou seja, o conhecimento não é contemplativo e desinteressado, mas sim um saber instrumental, direcionado para a utilidade da ciência para a vida.
- d) as *ideias claras e distintas* são *ideias inatas*, não derivam do particular, mas já se encontram no espírito. Por isso, não estão sujeitas ao erro, pois vêm da razão, isto é, são independentes das ideias que vêm “de fora”, formadas pela ação dos sentidos.
- e) o *positivismo* corresponde à maturidade do espírito humano. O reino da ciência é o reino da necessidade. No mundo da necessidade, não há lugar para a liberdade.

60. (UNICENTRO 2014) Na modernidade, a teoria do conhecimento, na tentativa de fazer jus às suas investigações, contou com várias concepções, estendendo-se por um período que vai do final do século XVI a meados do século XVIII.

Quanto a essas várias concepções, relacione os filósofos, na coluna da esquerda, com o enfoque de suas investigações nesse âmbito, na coluna da direita.

- (I) Francis Bacon (1561-1626).
- (II) René Descartes (1596-1650).
- (III) John Locke (1637-1704).
- (IV) David Hume (1711-1776).
- (V) Immanuel Kant (1724-1804).

(A) Afirmou que todo equívoco no entendimento situa-se no conhecimento sensível, de modo que o conhecimento verdadeiro vem do intelecto, alicerçando-se nas operações do entendimento, cujo ponto de partida são as ideias inatas.

(B) Concebeu que tudo o que se sabe existir vem pela experiência de sensações e percepções, o que significa que são elas que oferecem, em termos da sua particularidade e singularidade, o conhecimento das coisas que existem.

(C) Defendeu a ideia de que nossa razão possui uma estrutura tanto universal quanto a priori, cuja função consiste em organizar a realidade nas formas da sensibilidade, bem como nas formas dos conceitos e das categorias do entendimento.

(D) Reabilitou, na teoria do conhecimento, o conceito de indução, segundo o qual as ciências, em suas descobertas, devem partir do que é particular nas suas experimentações e nas suas observações, a ponto de chegar àquilo que é geral nas ideias.

(E) Sustentou que a experiência sensível registra em nosso espírito as ideias, que por sua vez passam a ser associadas, combinadas ou separadas em nós por um

hábito da razão, formando, assim, a gama dos conhecimentos e dos pensamentos.

Assinale a alternativa que contém a associação correta.

- a) I-B, II-A, III-E, IV-D, V-C.
- b) I-C, II-B, III-A, IV-D, V-E.
- c) I-C, II-B, III-E, IV-A, V-D.
- d) I-D, II-A, III-B, IV-E, V-C.
- e) I-D, II-C, III-B, IV-A, V-E.

61. (UNICENTRO 2014) A preocupação com o conhecimento permeia toda a história da filosofia. Já entre os primeiros filósofos é possível identificar a busca do saber a respeito da origem e da ordem do mundo. No caso dos pensadores medievais, podemos encontrar, por exemplo, esforços para esclarecer a possibilidade ou impossibilidade do conhecimento nas obras de Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino, entre outros. No entanto, somente na época moderna, o problema do conhecimento se transforma amiúde em problema central do pensamento filosófico.

Quanto a esse aspecto da teoria do conhecimento, assinale a alternativa correta.

- a) As ciências passaram a definir seus objetivos, métodos e investigações tornando-se teoria do conhecimento, à filosofia cabe tão somente observar a realidade concreta tal como ela é em si mesma.
- b) Entre os pensadores modernos, como aconteceu com os filósofos dos primórdios da tradição clássica grega, teorizar sobre o conhecimento restringia-se em abarcar os princípios primeiros e últimos de explicação da realidade.
- c) A teoria do conhecimento, embora tenha sido fixada com maior rigor entre os filósofos modernos, descarta a filosofia aristotélica, que tem na lógica e no pensamento especulativo as suas principais referências.
- d) A teoria do conhecimento, no sentido de uma disciplina filosófica independente e característica da modernidade, consiste em investigações metafísicas, cujos fundamentos encontram-se nos textos da antiguidade.
- e) A teoria do conhecimento tornou-se uma disciplina específica da filosofia entre os modernos, porque, para estes pensadores, a questão do conhecimento foi considerada pré-requisito para a investigação filosófica e das ciências.

62. (UNICENTRO 2010) Segundo Immanuel Kant (1724-1804), a moral “não é propriamente dita a doutrina que nos ensina como *devemos* nos tornar felizes, mas como *devemos* nos tornar dignos da felicidade”

(KANT, *Crítica da Razão Prática*. *Apud* CHAUÍ (org.), *Primeira Filosofia*. São Paulo: Editora Brasilienses, 1987 – p. 261).

De acordo com a teoria moral kantiana, em que sentido devemos entender a noção de *dever*?

- a) A razão prática, para Kant, tem o poder para criar normas e fins morais e, por isso, tem também o poder para impô-los a si mesma. Essa imposição que a razão prática faz a si mesma daquilo que ela própria criou é o *dever*. Por *dever*, damos a nós mesmos os valores, os fins e as leis de nossa ação moral e por isso somos autônomos.
- b) O *dever*, afirma Kant, se apresenta através de um conjunto de conteúdos fixos, que define a essência de cada virtude e diz que atos devem ser praticados e evitados em cada circunstância específica de nossas vidas. Por isso, o *dever* é um imperativo categórico: ordena incondicionalmente embora não seja uma lei moral interior.
- c) O *dever* é uma imposição externa feita a nossa vontade. Não precisamos dele para nos tornar seres morais, precisamos, isto sim, da dignidade, livre-arbítrio e liberdade para agirmos de acordo com nossa consciência, que é a manifestação mais alta da humanidade em nós.
- d) Kant procura conciliar o *dever* e a idéia de uma natureza humana que não precisa ser obrigada à moral. Por natureza, diz Kant, somos seres morais, ou seja, a razão prática e a verdadeira liberdade não precisam nos impor nosso ser moral.
- e) Para Kant, a ética exige seres autônomos e a idéia de *dever* introduz a heteronomia, isto é, o domínio de nossa vontade e de nossa consciência por um poder estranho a nós.

63. (UNICENTRO 2011) Analisando os princípios da consciência moral, Immanuel Kant concluiu que a vontade humana é verdadeiramente moral quando regida por imperativos categóricos. Segundo esse filósofo, o homem deve agir “de tal maneira que a máxima de sua ação possa sempre valer como princípio universal de conduta”.

De acordo esse imperativo, a autonomia da razão para legislar supõe a liberdade e o dever e, desse modo, pode-se afirmar que o fundamento dessa norma de conduta

- a) deriva do interesse próprio, pois a desobediência submete ao desprazer.
- b) se fundamenta no direito natural, como reflexo do evangelho.
- c) se enraíza na própria natureza formal da razão.
- d) é encontrada no sétimo mandamento de Deus.
- e) é dada ao homem por instinto.

GABARITO

1. a
2. c
3. c
4. e
5. e
6. a
7. a
8. d
9. a
10. e
11. a
12. d
13. a
14. c
15. b
16. d
17. a
18. e
19. b
20. a
21. d
22. a
23. a
24. a
25. 01/02/16
26. c
27. d
28. d
29. d
30. d
31. d
32. e
33. c
34. b
35. e
36. b
37. e
38. a
40. 02/04/08/16
41. 01/02/04
42. d
43. d
44. d
45. a
46. b
47. a
48. 01/02/04/08
49. 01/04/16
50. 04/16
51. b
52. c
53. c
54. e
55. e

56. e

57. a

58. b

59. b

60. d

61. e

62. a

63. c